



# Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séc.<sup>s</sup> XII a XIV)

MÁRIO JORGE BARROCA

Dep. Ciências e Téc. Património da Fac. Letras da Univ. do Porto

## Resumo

Nesta breve abordagem do património arquitectónico das Ordens Militares em Portugal (Sécs. XII a XIV) começa-se por sintetizar os dados conhecidos no que concerne às primeiras referências documentais seguras para as quatro Ordens (Templo, Hospital, Avis e Santiago). Analisa-se, de seguida, os diferentes momentos de afirmação e de protagonismo de cada uma das Ordens e a repercussão que estes tiveram na formação e na distribuição espacial do seu património. De seguida, e em relação às três primeiras Ordens acima citadas, procura-se realçar as inovações que introduziram no panorama da arquitectura militar portuguesa, salientando algumas linhas de força que ajudam a conferir personalidade ao património castelar de cada uma delas: desde as influências orientais dos Templários até à capacidade de assimilação do legado muçulmano evidenciada pelos Cavaleiros de Avis.

O tema que nos propomos tratar é vasto e ambicioso. Não se esgota nem no tempo de investigação que lhe dedicamos, substancialmente menos do que teríamos desejado, nem na extensão das páginas que se seguem. Na realidade, ele prefigura uma investigação de maior fôlego que só agora está a dar os primeiros passos. Por isso iremos apenas aflorar aquelas que julgamos serem, no actual estado da nossa investigação, as principais linhas de força da presença das Ordens Militares em Portugal e das suas estruturas fortificadas<sup>1</sup>.

Já em anteriores estudos nossos tivemos oportunidade de chamar a atenção para alguns aspectos profundamente inovadores da arquitectura dos Templários<sup>2</sup> e para o tardio, mas nem por isso negligenciável, papel militar desempenhado pelos Hospitalários em Portugal<sup>3</sup>. Retomaremos, aqui, o essencial do que então foi dito, alargando os nossos horizontes até à Ordem de Avis, que, como veremos, deteve um *património edificado* de rara importância. De lado, ficarão, por ora, os castelos da Ordem de Santiago que, no entanto, não estarão totalmente ausentes deste Simpósio, uma vez que vários deles serão tratados por outros autores<sup>4</sup>.

Começaremos por caracterizar, de forma sintética, o momento em que cada Ordem surge em Portugal. Como se sabe, as primeiras Ordens Militares a documentar-se no reino foram o Templo e o Hospital. A Ordem do Templo surge referida pela primeira vez nos finais do governo de D. Teresa, nas vésperas da Batalha de S. Mamede, quando recebe a doação do Castelo de Soure, a 19 de Março de 1128<sup>5</sup>. Por seu turno, a Ordem do Hospital encontra-se presente no reino desde cerca 1126-28, estando documentada de forma explícita a partir de Janeiro de 1132<sup>6</sup>. Durante muitos anos foram estas as únicas ordens militares

presentes em Portugal: instituições de origem internacional, fundadas no Próximo Oriente, e que alargaram a sua actuação até ao espaço ibérico. Para encontrarmos referências a novas Ordens é necessário avançar mais de quarenta anos, até à década de 70 do séc. XII, quando se começa a detectar a presença das Ordens de origem peninsular. Estas novas referências devem ser enquadradas no contexto político-militar da época, na sequência do *Desastre de Badajoz* (1169) e das fortes pressões almóadas que então se faziam sentir. Em Setembro de 1169, quando já se encontrava em S. Pedro do Sul a convalescer dos ferimentos sofridos em Badajoz, D. Afonso Henriques assinou um diploma prometendo aos Templários um terço de todas as terras que estes viessem a conquistar a Sul do Tejo<sup>7</sup>. A sua intenção parece óbvia: o monarca, impossibilitado de exercer o ofício das armas, procurava incentivar a Ordem do Templo a ter um protagonismo mais activo na reconquista do Alentejo. No entanto, o sucesso desta medida régia parece ter sido limitado e o monarca voltou-se para outras direcções. É então que apoia a entrada em Portugal da recém-fundada Ordem de Santiago, a quem outorga, em Junho de 1172, uma primeira doação<sup>8</sup>, logo seguida de outras duas: em Setembro de 1172<sup>9</sup> e em Setembro de 1173<sup>10</sup>. A primeira doação dizia respeito a uma povoação civil, e até relativamente arredada do espaço de fronteira, mas os dois diplomas seguintes envolvem já estruturas militares, localizadas em zonas estrategicamente sensíveis – os castelos de Monsanto e de Abrantes. Três anos mais tarde, cerca de 1175, o monarca criou a Milícia de Évora, congregando um grupo de cavaleiros em torno da regra cisterciense e filiando-os na Ordem de Calatrava. O primeiro Mestre da nova milícia seria D. Gonçalo Viegas, um elemento da

linhagem de Lanhoso, que se encontra documentado desde, pelo menos, 1176, e que viria a falecer na Batalha de Alarcos, em 1195<sup>11</sup>. Encarregados inicialmente de defender a cidade de Évora, estes cavaleiros receberiam logo, em Abril de 1176, os primeiros bens fora do âmbito desta cidade, quando lhes foi doado o Castelo de Coruche e vários bens em Santarém<sup>12</sup>. Portanto, e sintetizando, a Ordem do Templo encontra-se documentada em Portugal a partir de 1128, a do Hospital sensivelmente pela mesma altura, a de Santiago desde 1172 e a Milícia de Évora desde 1175.

Apesar de, pela ordem cronológica, termos esta sequência – Templo, Hospital, Santiago e Avis – o protagonismo de cada instituição conduziu a diferentes momentos de afirmação. Esta situação teve reflexos directos, e muito claros, na geografia do património de cada ordem<sup>13</sup>. Começamos pelas duas primeiras – os Templários e os Hospitalários. Apesar de surgirem no reino quase ao mesmo tempo, tiveram processos históricos muito distintos. Os Templários abraçaram desde logo uma dimensão militar, alcançando boa parte do seu património por intermédio do valor dos seus feitos de armas. Os Hospitalários, pelo contrário, durante várias décadas limitaram-se a desempenhar um papel assistencial, abraçando apenas uma dimensão militar nos finais do séc. XII, a partir da década de 80. Com efeito, seria necessário aguardar pela primeira conquista de Silves, realizada em 1189 por D. Sancho I, com o contributo dos Cruzados, para encontrarmos as primeiras referências explícitas à participação dos Hospitalários num evento militar. Os mecanismos de formação do património de uma e outra Ordem, assim como o próprio perfil desse património, ressentem-se naturalmente desses percursos históricos tão distintos.

Como já referimos, os Templários enveredaram desde logo por uma carreira militar activa. Em 1128, receberam o Castelo de Soure, cabeça de um vasto domínio estruturado em torno do itinerário romano que ligava *Olisipo-Eminium-Bracara*<sup>14</sup>. A importância estratégica deste território aumentou consideravelmente três anos mais tarde, quando, a partir de 1131, D. Afonso Henriques transferiu a corte régia para Coimbra, afastando-se do *Norte Senhorial*. Os Templários tornaram-se, a partir de então, guardiões de um dos principais acessos à nova capital do Reino. Dentro deste território seriam responsáveis pelo restauro do castelo de Soure, onde promoveram obras importantes, e pela construção de mais dois castelos: Ega e Pombal (este construído de raiz a partir de 1156). O primeiro confronto militar em que se viram envolvidos – o ataque muçulmano contra Soure, em 1144 – redundou em fracasso, com os Templários a sofrerem uma pesada derrota, apenas conseguindo impedir que se verificasse a conquista

do castelo de Soure pelas forças muçulmanas oriundas de Santarém. Como se sabe, foi neste contexto que Martinho de Soure foi capturado, acabando por morrer no cativeiro. Sensivelmente por esta altura os Templários devem ter procedido a uma reorganização interna da Ordem. Com efeito, é a partir de 1143 que começamos a encontrar as referências ao *Procurador*, cargo de que foi primeiro titular D. Hugo de Martónio. Os eventos de Soure, de 1144, não diminuíram a confiança que a sociedade depositava nos Templários. Logo em 1145, os freires seriam distinguidos com a doação de mais três castelos, entregues por D. Fernão Mendes de Bragança, cunhado de D. Afonso Henriques. São-lhes então confiados os castelos de Penas Róias, de Mogadouro e de Longroiva, este por diploma datado de 10 de Junho de 1145<sup>15</sup>. Formava-se, assim, o segundo grande domínio Templário, agora junto da fronteira Leste do Reino, em Trás-os-Montes e na Beira. Na Primavera de 1147, os freires do Templo encontram-se ao lado de D. Afonso Henriques na conquista de Santarém e, depois, no cerco de Lisboa, iniciada a 1 de Julho de 1147, que culmina com a conquista da cidade, a 25 de Outubro desse ano. Estes são os primeiros eventos onde, de uma forma comprovada, os Templários integram a hoste régia. O seu contributo na conquista de Santarém seria recompensado com a doação dos direitos sobre o Eclesiástico de Santarém<sup>16</sup>, que estaria na origem de uma complexa polémica que se arrastou ao longo de doze anos.

O período áureo de afirmação da Ordem do Templo em Portugal corresponde ao longo mestrado de D. Gualdim Pais, que se iniciou em 1156 e se prolongou por quase quarenta anos, até à morte do Mestre, ocorrida a 13 de Outubro de 1195<sup>17</sup>. Gualdim Pais era filho de Paio Ramires, um elemento da linhagem dos Ramirões, e de D. Gontrode Soares, da família dos Correias. Pertencia, portanto, a uma nobreza de médio posicionamento social, que tinha as suas origens ligadas ao vale do Cávado e à zona a Sul de Braga<sup>18</sup>. Participou na II.<sup>a</sup> Cruzada, pregada por S. Bernardo, em 1146, tendo partido para o Próximo Oriente cerca de 1151-52. Aí permaneceu durante cinco anos, tendo participado no cerco de Antioquia e na conquista de Escalona (em 1153)<sup>19</sup>. Regressou ao reino cerca de 1155-56, onde atingiu rapidamente o topo da hierarquia dentro da sua Ordem, tendo sido nomeado *Mestre* dos Templários logo em 1156<sup>20</sup>. Uma das suas primeiras iniciativas foi a fundação do Castelo de Pombal, no extremo meridional do território de Soure, uma fortificação que foi iniciada em 1156<sup>21</sup>. Se estivermos correctos na nossa interpretação das fontes documentais, a obra concluiu-se cerca de 1159, a tempo dos Templários se lançarem no seu grande empreendimento – a construção de Tomar. Em 1159, Gualdim

Pais chegou a acordo com o Bispo de Lisboa sobre a doação do Eclesiástico de Santarém, que os Templários tinham recebido das mãos de D. Afonso Henriques, em Abril de 1147. Este acordo, que veio sanar uma querela que se arrastava há doze anos, abriu-lhes a porta a um segundo grande domínio a Sul de Coimbra, em torno do território do castelo de Ceras, doado por D. Afonso Henriques, em Fevereiro de 1159, em sinal de reconhecimento pelo acordo celebrado entre ambas as partes<sup>22</sup>. É no interior deste novo e amplo território que os Templários fundam, em 1 de Março de 1160, o Castelo de Tomar, o mais notável castelo português do séc. XII<sup>23</sup>. A construção deste castelo prolongou-se por quase uma década, entre 1160 e 1169, mobilizando todas as energias da Ordem. Quando a obra estava em vias de se concluir, em Outubro de 1169, o monarca confirmou a posse do território de Tomar aos Templários, alargando o âmbito geográfico do (até então) denominado "território de Ceras" até ao vale do Tejo<sup>24</sup>. A Ordem ficava, assim, na posse de mais dois castelos – Cardiga e Zêzere – e passava a controlar um segundo acesso a Coimbra: aquele que seguia pelo interior, apoiando-se na Ladeia, a conhecida via dos fossados e das razias da Reconquista. Terminada a construção de Tomar, a Ordem do Templo lançou-se na reforma dos seus castelos, promovendo obras em várias estruturas: construiu o Castelo de Almourol (em 1171) e ergueu as Torres de Menagem de Pombal (em 1171), de Penas Róias (em 1172) e de Longroiva (em 1174). De acordo com testemunhos epigráficos de 1171, os Templários promoveram ainda a reforma dos castelos de Cardiga, Zêzere, Monsanto e Idanha-a-Velha, os primeiros doados pelo rei, em 1169, os dois últimos, em 1165<sup>25</sup>. E, por fim, acrescentemos a reforma do Castelo de Soure – a sua 3.<sup>a</sup> fase – que teve lugar cerca de 1171-75. Ao todo, depois de concluída a obra de Tomar, os Templários promoveram reformas em nove castelos distintos. Este conjunto de obras – que, sublinhemos, constituiu o mais ousado programa de reforma de fortificações delineado em Portugal ao longo de todo o séc. XII – não pode deixar de ser enquadrado na conjuntura militar da época, quando se começam a detectar (nos inícios da década de 70) fortes pressões almóadas. Mas também não podemos esquecer o percurso pessoal de Gualdim Pais que, tendo tomado contacto com as mais avançadas soluções da arquitectura militar dos Cruzados, na Terra Santa, não deixou de reflectir esse conhecimento nos castelos portugueses. Com efeito, a Ordem do Templo foi responsável pela introdução de diversas novidades no panorama da arquitectura militar portuguesa, que podem ser sintetizadas em três pontos.

A primeira novidade seria a introdução (ou, pelo menos, a difusão) da Torre de Menagem nos nossos

castelos. Já tivemos oportunidade de realçar, noutros estudos nossos, que as mais antigas Torres de Menagem portuguesas, todas datadas por meio de inscrições, se encontram sistematicamente associadas aos castelos dos Templários: Tomar (1160), Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172), Longroiva (1174)<sup>26</sup>. A estas torres, que ainda sobrevivem, acrescentemos mais dois casos bem datados: o de Soure, onde a Torre de Menagem é introduzida com a reforma da 3.<sup>a</sup> Fase, cerca de 1171-75<sup>27</sup>; e o caso do Castelo de Monsanto, cuja Torre de Menagem ainda foi desenhada por Duarte d'Armas mas que depois desapareceu por completo, apenas restando os entalhes nos afloramentos. Apesar de não quereremos correr o risco de afirmar que os Templários foram responsáveis pela introdução da Torre de Menagem em Portugal, não podemos deixar de sublinhar esta sistemática associação dos exemplos mais antigos aos freires de Gualdim Pais.

A segunda grande novidade introduzida pelos Templários foi o *alambor*, uma estrutura rampeada, criada na base dos muros de torres ou de muralhas. Esta solução apresenta evidentes vantagens: em primeiro lugar, aumenta a estabilidade dos muros, alargando as suas bases, e dificulta os trabalhos de sapa e de minagem; por outro lado, impede a aproximação dos engenhos de guerra e das torres de assalto; por fim, anula ângulos mortos na base dos muros, evitando que as forças sitiadas aí se abrigassem. Gualdim Pais visitara, no Próximo Oriente, vários castelos dotados de alambor (como o Crac dos Cavaleiros, o Castelo de Saone ou o Castelo de Belvoir, entre outros), tendo trazido essa novidade para o panorama nacional. O Castelo de Tomar, cuja primeira pedra foi lançada em 1 de Março de 1160, foi a primeira estrutura portuguesa a utilizar o alambor, uma solução que se prolonga por todo o perímetro externo da fortificação (muralha e castelo). Nunca o alambor voltou a ser utilizado em Portugal com uma tal extensão e com uma tal mestria. Sublinhemos, apenas, que todas as seteiras que se rasgam nos torreões de Tomar foram criadas tendo em atenção a inclinação do alambor, eliminando ângulos mortos e contribuindo, assim, para um flanqueamento quase integral da fortificação. Tomar é, por isso, uma fortificação de excelência e de excepção, e por isso não temos dúvida em a classificar como o mais notável castelo português do séc. XII, um dos poucos que é capaz de ombrear com as melhores e mais importantes fortificações europeias. Depois de Tomar, o alambor voltou a ser aplicado nas Torres de Menagem de Pombal e de Soure. Fora das estruturas dos Templários conhecemos mais alguns casos, mas sempre mais tardios que Tomar: Lousã, Juromenha, Lisboa, etc. <sup>28</sup>.

Finalmente, a terceira novidade introduzida pelos Templários em Portugal foi a *hurdício*, uma galeria de madeira que coroava torres e panos de muralha, permitindo tiro vertical sobre a base dos muros. A *hurdício* surge em Portugal pela primeira vez no coroamento da Torre de Menagem de Longroiva, uma obra que, como vimos, está datada por inscrição de 1174.

Sintetizando, diríamos que o património da Ordem do Templo encontrava-se, nos fins do séc. XII ou inícios do séc. XIII, concentrado em torno de quatro grandes manchas:

- dois domínios a Sul de Coimbra: um controlando o itinerário romano (onde se erguiam os castelos de Soure, Ega e Pombal); outro dominando a via interior, que dava acesso à *Ladeia* (onde se erguiam os castelos de Ceras, Tomar, Zêzere, Almourol e Cardiga);
- um domínio sobre o curso do Tejo e a fronteira Leste do reino (em torno de Monsanto e Idanha-a-Velha (em 1165) e da Herdade de Açafa/Rodão (em 1199);
- e um domínio na fronteira Leste de Trás-os-Montes e da Beira Interior (com os castelos de Penas Róias, Mogadouro e Longroiva).

Diríamos, portanto, que os Templários detinham territórios periféricos e de fronteira, que se concentravam sobretudo a Norte do Tejo, onde a única excepção seria Nisa (a-Velha), a Sul do Tejo, doada em 1198. Um património essencialmente militar, onde os castelos e os territórios castelares eram a componente predominante. E um património militar que não pode ser subestimado. Com efeito, se tivermos em linha de conta que, nos finais do séc. XII, o reino apoiava a sua defesa em pouco mais de 200 fortificações, o papel da Ordem do Templo, detentora de 10% destas estruturas, não pode ser negligenciado.

O contraste com a Ordem do Hospital não podia ser maior. Os Hospitalários, como vimos, encontram-se documentados em Portugal a partir de cerca de 1126-28, seguramente antes de 1132<sup>29</sup>. No entanto, durante muito tempo, os freires valorizaram a componente assistencial da Ordem, não se documentando actividade militar. Neste sentido, é significativo que, ao contrário dos Templários, cujas sedes se instalaram sempre em castelos (primeiro no Castelo de Soure, depois transferida para o Castelo de Tomar), os Hospitalários tenham optado por uma "sede civil", localizada no Mosteiro de Leça do Balio, às portas do Porto, bem longe da fronteira meridional do reino. Para encontrarmos uma clara opção militar nos Hospitalários é preciso avançar sessenta anos, até 1189, quando estes participaram, ao lado dos contingentes de outras ordens militares,

no cerco e conquista de Silves. Este é o primeiro evento militar onde, de forma comprovada, os Hospitalários tomam parte activa<sup>30</sup>. Mas ele espelha uma opção de fundo que deve ter sido tomada pela Ordem do Hospital alguns anos antes. Depois de 1189, os Hospitalários receberam das mãos de D. Sancho I, em 1194, a herdade de *Guidimtesta*, com a obrigação de aí erguerem um castelo, ao qual o monarca dava o nome de Belver<sup>31</sup>. O nome atribuído por D. Sancho I a este castelo foi, por certo, sugerido pelos próprios freires, inspirando-se no carismático Château de Belvoir, uma das principais estruturas fortificadas detidas pela Ordem do Hospital no Próximo Oriente. O diploma de 1194 deve ser perspectivado no contexto político da época. Com efeito, a doação deste enorme território confinante com a margem Norte do Tejo não pode ser desligada do contexto militar da época, ocorrendo três anos depois das incursões militares almóadas de Abu Yaqub Yusuf, al-Mansur, levadas a cabo em 1190 e 1191<sup>32</sup>. Neste sentido, a doação de 1194, encerrando a obrigatoriedade de ser construída uma nova fortificação, foi realizada quando o vale do Tejo era, de novo, um espaço-fronteira entre cristãos e muçulmanos. Mas, por outro lado, a entrega do território de *Guidimtesta* aos Hospitalários permitia delimitar, de forma clara, a presença dos Templários no vale do Tejo, a montante da foz do Zêzere, confinando os domínios destes. Ao entregar Belver aos Hospitalários e ao fortalecer o município de Abrantes, D. Sancho I estava a evitar que os Templários tivessem a veleidade de controlar a margem Norte do Tejo.

Como se pode verificar, a doação de *Guidimtesta* é um acontecimento complexo, com múltiplas motivações e servindo diferentes propósitos. Os freires do Hospital cumpriram as cláusulas de 1194, e ergueram rapidamente um castelo em Belver. Em 1210 já era considerado como o mais importante da Ordem e um dos mais avançados do reino, como se depreende do facto de ser aí guardada parte do tesouro real português. Com efeito, no testamento de D. Sancho I esclarece-se que o Tesouro Real se encontrava repartido entre Coimbra (na Torre do Castelo), os Mosteiros de St.<sup>a</sup> Cruz e de Alcobaça (ambos de fundação régia) e em Tomar, Belver e Évora (ou seja, nas mãos das três principais Ordens Militares)<sup>33</sup>. O Castelo de Belver constitui um bom paradigma da arte de construir fortificações nos finais do Séc. XII. À boa maneira românica apresenta uma muralha delimitando um pátio arredondado, não geométrico, com escasso número de torreões adossados. Ao centro do pátio, isolada de todas as restantes estruturas, ergue-se a sua Torre de Menagem, construída sobre uma pequena colina. O Castelo de Belver apresenta, ainda, um inovador conjunto de onze seteiras, rasgadas na muralha exterior à cota

do piso térreo e voltadas ao caminho de acesso, revelando o cuidado posto pelos freires na sua concepção e defesa. É, de resto, sobre a vertente do acesso que se concentram os torreões erguidos desde a origem. No interior desta fortificação seria construída a Ermida de S. Brás, um orago que se liga igualmente a uma das principais comendas da Ordem – a Comenda de S. Brás, em Lisboa<sup>34</sup>.

Depois de Belver (1194), os Hospitalários continuaram a ter actividade militar e, aparentemente, a granjear a confiança dos monarcas. Em 1 de Abril de 1224, receberam, por doação de D. Sancho II, o castelo e a vila de Algosó, onde instituíram uma Comenda<sup>35</sup>. Recordemos que Algosó, não muito longe da fronteira de Trás-os-Montes, estivera na posse leonesa pouco tempo antes, entre 1212 e 1213, no quadro do conflito que tinha oposto Afonso IX e D. Afonso II. Era, por isso, uma zona estratégica e sensível. O seu castelo, alcandorado numa crista quartzítica, dominando o vale do rio Angueira, revela uma notável implantação topográfica.

Pouco depois, os domínios dos Hospitalários junto de Belver foram ampliados com a importante doação do Crato, assinada por D. Sancho II, em 22 de Março de 1232, a favor do Prior D. Mendo Gonçalves. Estes domínios, que tocavam o território de Belver, passaram a constituir o núcleo central do património da Ordem e motivaram novos investimentos ao nível das estruturas militares. À semelhança do que acontecera em Belver, a doação do Crato também tinha como condição a construção de um castelo, compromisso que a Ordem cumpriu. Escassos nove meses depois de terem entrado na sua posse, os freires estavam a outorgar carta de foral ao Crato, um diploma datado de 8 de Dezembro de 1232<sup>36</sup>. O primeiro comendador do Crato, responsável pelo seu povoamento, foi Fr. João Mendes, que, em 1232, ao tempo da doação de D. Sancho II e da assinatura do Foral do Crato, desempenhava as funções de Comendador de Belver. Tendo transitado depois para o Crato, viria a falecer aqui no dia 12 de Maio de 1248<sup>37</sup>.

A actuação militar dos Hospitalários continuou a fazer-se sentir no Alentejo, onde os freires ficaram ligados aos avanços cristãos na zona de Mourão, Moura e Serpa, tudo povoações da margem esquerda do Guadiana. Foi nesta zona de fronteira que, cerca de 1233, se instalou Fr. Afonso Peres Farinha, como ele próprio refere na longa epígrafe que ficou a comemorar a conclusão do Mosteiro de Vera Cruz de Marmelar (fundado em 1258 e concluído em 1268)<sup>38</sup>. Mourão terá sido povoada, em 1226, por D. Gonçalo Egas, Prior dos Hospitalários, que lhe concedeu carta de foral<sup>39</sup>. Serpa e Moura, segundo a maioria dos autores, terão sido conquistadas à volta de 1232<sup>40</sup>. O protagonismo da Ordem do Hospital nesta fase da Reconquista levou a que estes três cas-

telos – Mourão, Moura e Serpa – ficassem na sua posse durante quase quarenta anos. A 10 de Agosto de 1271, Afonso X, o Sábio, estabeleceu uma permuta com a Ordem do Hospital, recebendo os castelos de Mourão, Moura e Serpa e cedendo à Ordem bens localizados em Covelas do Douro<sup>41</sup>. O escambo, porque envolvia a alienação de bens importantes para a Ordem, necessitou de procuração especial, enviada de Acre, a 10 de Outubro de 1280. E, em 11 de Março de 1281, a Ordem do Hospital e Afonso X, o Sábio, estabeleceram acordo sobre o escambo celebrado em 1271, selando definitivamente a entrega dos três castelos da margem esquerda do Guadiana ao monarca. Como se sabe, em 4 de Março de 1283, Afonso X entregou os três castelos à sua filha, D. Beatriz, no âmbito das arras do seu casamento com D. Afonso III, e as três fortificações ingressaram nos bens da coroa portuguesa.

Avancemos 75 anos, para centrar agora a nossa atenção noutra construção militar de grande importância para a Ordem do Hospital: o Castelo da Amieira. Este castelo, erguido por iniciativa de D. Álvaro Gonçalves Pereira, começou a ser construído cerca de 1356, ano em que o Prior transferiu a sede da Ordem do Mosteiro de Leça do Balio para o Mosteiro da Flor da Rosa (um pouco a Norte do Crato). A Amieira estaria concluída (ou quase) em Dezembro de 1359, data em que recebe a visita de D. Pedro I<sup>42</sup>. Castelo plenamente gótico, a Amieira apresenta-se dominada por um grande geometrismo: um pátio rectangular, com cisterna ao centro, delimitado por muralha, que apresenta todas as esquinas flanqueadas pelo seu torreão quadrangular. O do lado direito, de dimensões mais generosas, assumia as funções de Torre de Menagem, encerrando igualmente piso residencial, onde o próprio Prior viria a falecer. A Amieira aproxima-se, neste sentido, de outros castelos góticos de plantas regulares, como é o caso do Sabugal, de Valongo (junto a Évora) e de Sines. À maneira dos castelos góticos, as suas ameias apresentam corpo mais largo que o espaço da aberta, encerrando o coroamento dos muros e protegendo melhor os soldados. Respondendo igualmente aos quesitos do castelo gótico, em redor da sua muralha foi erguida uma barbacã extensa. Seria neste castelo, desde sempre o preferido de D. Álvaro Gonçalves Pereira, que este Prior viria a falecer em 1375<sup>43</sup>.

É tempo de concluir esta brevíssima abordagem do património dos Hospitalários. À laia de conclusão, diríamos que o Castelo de Belver, erguido em 1194, pode ser apontado como um bom protótipo do castelo românico, com uma planta orgânica modelada pelo relevo do sítio e com a Torre de Menagem isolada no centro do pátio. Pelo contrário, o Castelo da Amieira, construído em 1356-59, é um magnífico

exemplo do castelo gótico, liberto dos condicionaismos topográficos, com espaços que são ditados pelo rigor do desenho geométrico e com a Torre de Menagem adossada à muralha, contribuindo solidariamente para a defesa da zona da entrada no Castelo. O património desta Ordem, que durante quase todo o séc. XII se interessou mais pela assistência do que pela carreira militar, denuncia, pela sua grande dispersão pelo Norte e Centro de Portugal, a forma como se foi construindo: ao sabor de doações régias e privadas, e não fruto de actuações militares. Estas apenas começam a ter alguma relevância nos fins do séc. XII e, sobretudo, na década de 30 do séc. XIII, com Fr. Afonso Peres Farinha. É, por isso, um património não-periférico, arredado dos espaços de fronteira, uma característica que o individualiza em relação ao património de todas as restantes Ordens Militares.

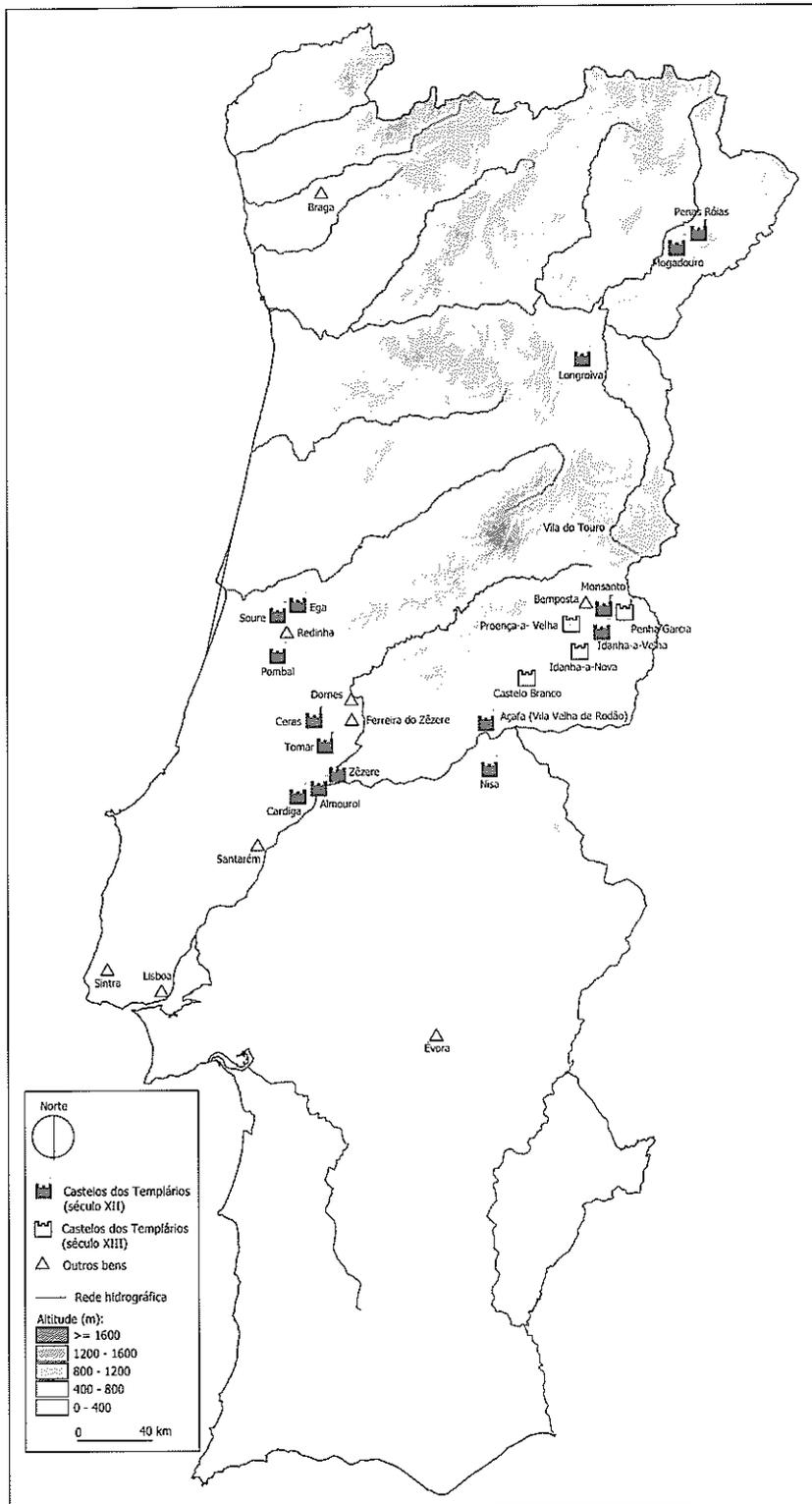
Analisemos, agora, o panorama que se desenha em relação à Ordem de Avis<sup>44</sup>. Como referimos, esta ordem, de filiação cisterciense, surge na forma de uma Milícia de Cavaleiros criada por D. Afonso Henriques, cerca de 1175, com a missão específica de defender a cidade de Évora. Por isso, à semelhança dos Templários e contrastando com os Hospitalários, diríamos que a Milícia de Évora surgiu desde logo com uma matriz militar muito forte. De resto, o monarca escolheria para seu primeiro Mestre D. Gonçalo Viegas de Lanhoso, um soldado que já dera provas da sua capacidade militar e que desempenhava ao tempo as funções de *Pretor* de Lisboa e da Estremadura. Um testemunho da época classifica-o como "*varão discreto e corajoso*"<sup>45</sup>. A sua brilhante carreira militar viria a terminar abruptamente na Batalha de Alarcos, onde morreu, em 1195, ao lado de outro valoroso soldado, D. Rodrigo Sanches, a quem D. Sancho I tinha confiado, em 1189, o governo da recém-reconquistada cidade de Silves<sup>46</sup>. A Milícia de Évora cedo granjeou a confiança da coroa portuguesa. Logo, em 1176, o seu património começou a ser enriquecido com doações que saíam fora do âmbito restrito de Évora. Com efeito, em Abril de 1176, receberam o Castelo de Coruche, acompanhado de vários bens em Santarém e em Évora (DMP, DR 327). O Castelo de Coruche, alcançado num ponto de passagem de crucial importância, permitia o controle militar da via que ligava Santarém a Évora. Entre os bens eborenses contava-se o Alcácer Velho do Rei, onde ficou instalada a primeira sede da Ordem<sup>47</sup>. No testamento de D. Afonso Henriques, os freires receberam ainda 10.000 morabitinos para que pudessem gastar na defesa de Évora, quando tivessem necessidade disso<sup>48</sup>. Depois, em 1187, receberam o Castelo de Alcanede, a vila de Alpedriz e a promessa da posse do Castelo da Juromenha, quando viesse a ser conquistado<sup>49</sup>. Um

pouco mais tarde foi-lhes entregue o Castelo de Benavente, na margem Sul do Tejo, que se articulava com a defesa dos acessos a Santarém e Lisboa. Em 1193, receberam das mãos de D. Sancho I o Castelo de Mafra<sup>50</sup>. E, finalmente, em 30 de Junho de 1211, receberam a mais carismática doação régia: a da vila de Avis, com a obrigação de a povoarem e de aí erguerem castelo<sup>51</sup>. Os freires cumpriram as cláusulas do diploma e construíram aí um castelo que, de acordo com a inscrição da Porta de S. Roque, ficou concluído a 15 de Agosto de 1214, quando era Mestre D. Fernando Anes<sup>52</sup>. Para aqui transferiram a sede da Ordem, que passou a ser conhecida como Ordem de Avis.

O património da Ordem de Avis compreende castelos concentrados sobretudo no Alto Alentejo. Na zona da Estremadura encontramos apenas dois castelos: o de Alcanede, que entra na posse da Ordem, em 1187, juntamente com a vila de Alpedriz<sup>53</sup>; e o castelo de Mafra, que D. Sancho I doou a D. Gonçalo Viegas, em 1193<sup>54</sup>. No Alto Alentejo, pelo contrário, encontramos nove castelos que foram pertença da Ordem: Benavente, Coruche, Seda, Alter Pedroso, Avis, Veiros, Juromenha, Alandroal e Évora. É aqui, em torno de Avis, que se concentra a maioria das fortificações. Fora do seu *solar*, a Ordem deteve ainda o castelo de Noudar, junto a Barrancos, e, no Algarve, os castelos de Paderne e de Albufeira. O primeiro caso – Noudar – entrou na sua posse por doação de D. Dinis, datada de 25 de Novembro de 1307, com a obrigação dos freires erguerem castelo e alcácer – "*lavrem esse castello de boo muro e façam y huum boom alcaçar forte...*"<sup>55</sup>. Nos dois últimos casos – Paderne e Albufeira – houve mesmo uma dupla doação à Ordem: primeiro por D. Afonso III (em 1250), depois por Afonso X, o Sábio (em 1257). A explicação é simples: trata-se de mais um reflexo da questão da jurisdição do Algarve, que opôs os dois monarcas a partir de 1249 e que apenas seria resolvida com a assinatura do Tratado de Badajoz, em 16 de Fevereiro de 1267<sup>56</sup>.

Uma das características mais interessantes que ressalta de todo o património construído da Ordem de Avis é a capacidade que esta ordem revelou para assimilar a herança muçulmana. Não nos estamos a referir apenas à reutilização de estruturas muçulmanas, como acontece nos castelos de Juromenha, Veiros e Noudar, por exemplo. Nestes casos continuaram a ser utilizadas as estruturas muçulmanas, como nos testemunham a porta com arco ultrapassado do Castelo de Veiros, revelada por Isabel Cristina Fernandes<sup>57</sup>, ou as muralhas de taipa da Juromenha, estudadas por Fernando Branco Correia e Christophe Picard<sup>58</sup>, ou o aparelho em espinha de peixe do castelo de Noudar, escavado por Cláudio Torres e

### Ordem do Templo em Portugal Implantação territorial nos séculos XII-XIII

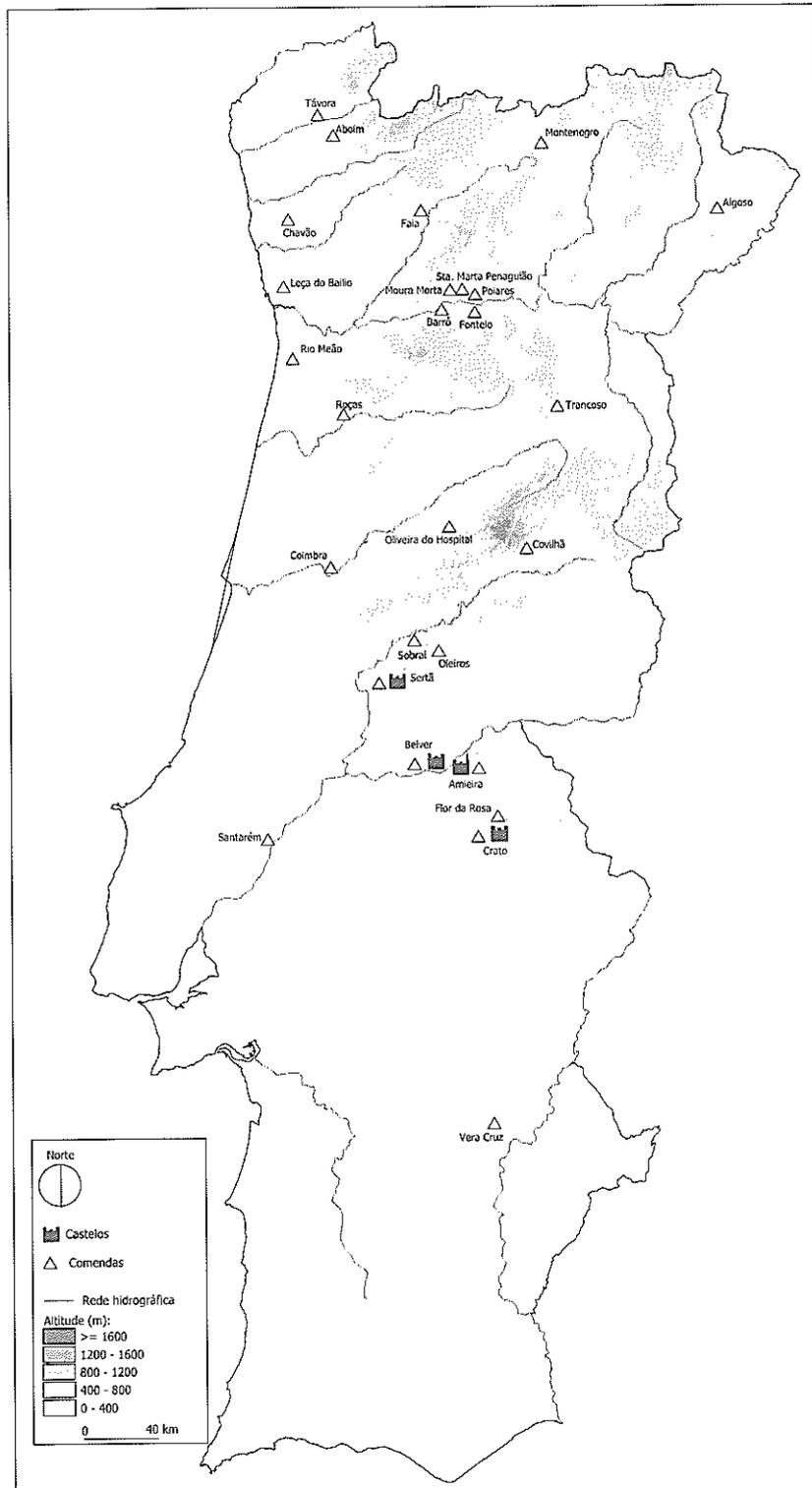


Fonte: *Carta Administrativa do Portugal (Atlas do Ambiente)*, escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994  
*Hipsométrica (Atlas do Ambiente)*, escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982  
*Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente)*, escala 1:1.000.000,  
 Direcção Geral do Ambiente, 1989

ELSP  
 SDI / Cartografia  
 Niquel Nogueira / 1999

Mapa 1. Ordem do Templo em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII

## Ordem do Hospital em Portugal Implantação territorial nos séculos XII-XIII



Fonte: *Comendas da Ordem do Hospital*: Paula P. Costa, 1993, p. 59-63

*Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente)*, escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994

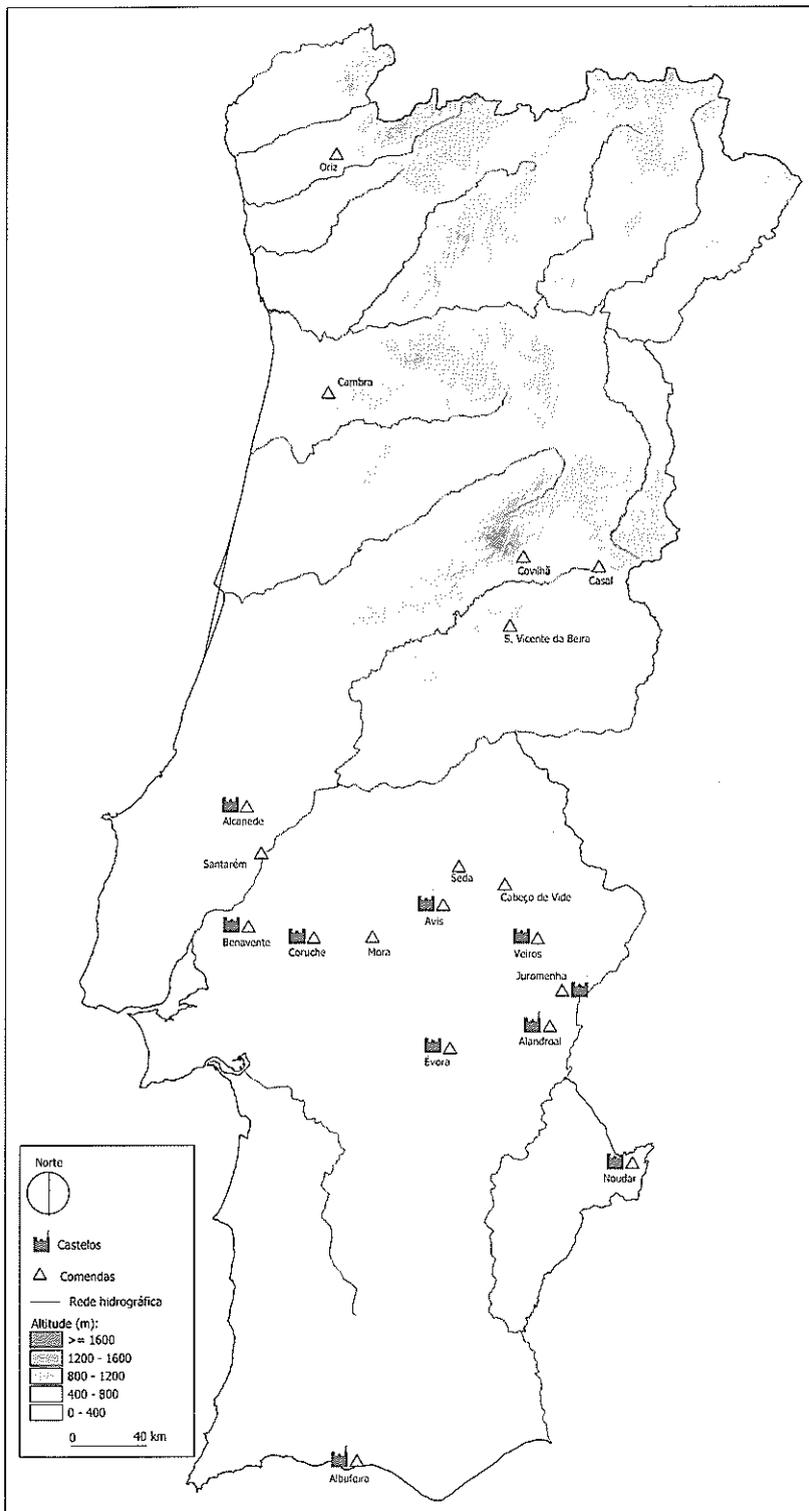
*Hipsométrica (Atlas do Ambiente)*, escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982

*Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente)*, escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989

FLUP  
SDI / Cartografia  
Mapas Nogueira / 1999

Mapa 2. Ordem do Hospital em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII

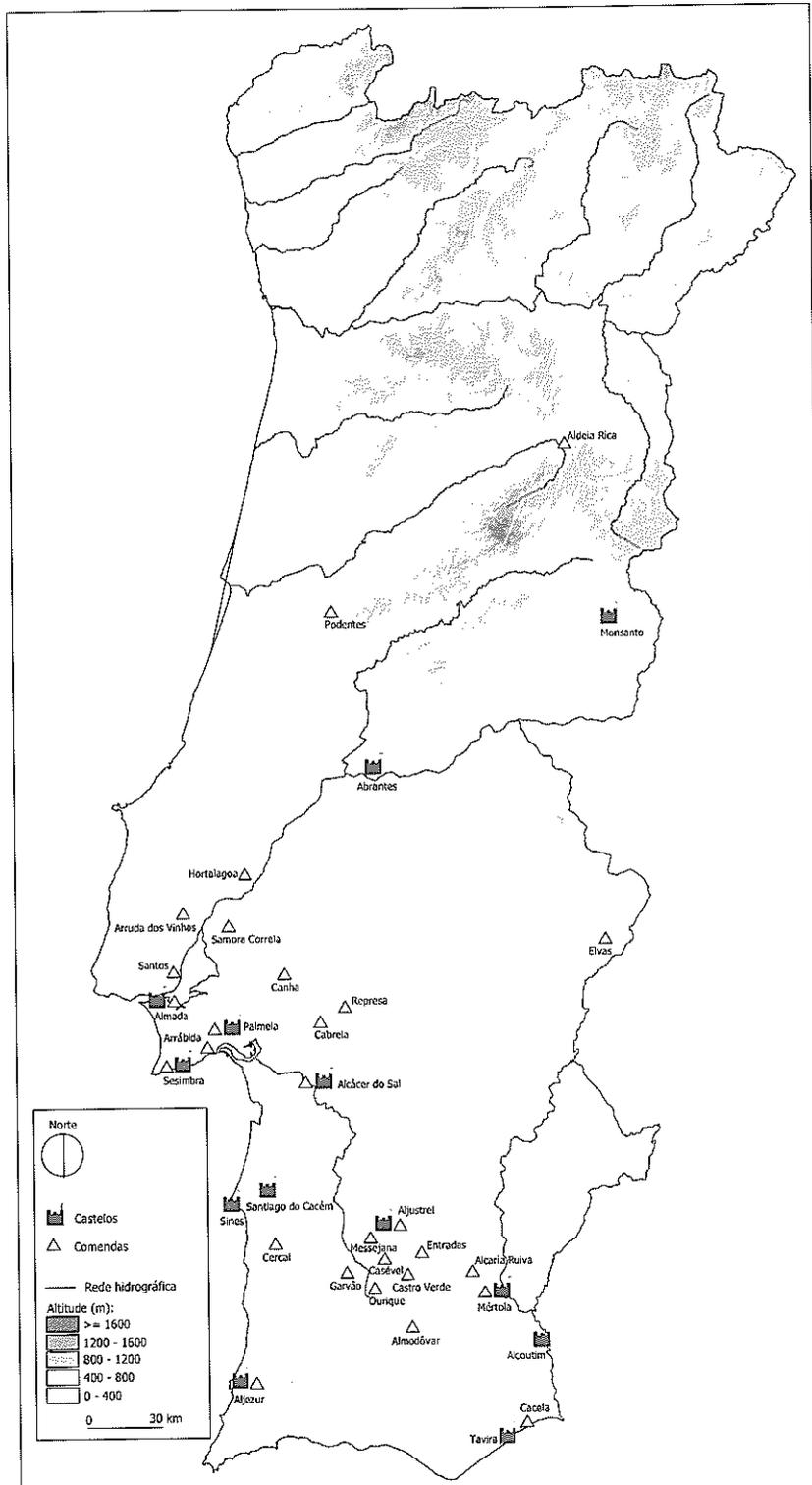
### Ordem de Avis em Portugal Implantação territorial nos séculos XII-XIII



Fonte: *Comendas da Ordem de Avis*: Cristina Cunha, 1989, p. 115 e ss.  
*Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente)*, escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994  
*Hipsométrica (Atlas do Ambiente)*, escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982  
*Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente)*, escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1989

Mapa 3. Ordem de Avis em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII

### Ordem de Santiago em Portugal Implantação territorial nos séculos XII-XIII



Fonte: *Comendas da Ordem de Santiago*: Mário Cunha, 1991, p. 215 e ss.  
*Carta Administrativa de Portugal (Atlas do Ambiente)*, escala 1:250.000, Direcção Geral do Ambiente, 1994  
*Hipsométrica (Atlas do Ambiente)*, escala 1:1.000.000, Direcção Geral do Ambiente, 1982  
*Carta da Hidrografia Continental - Principais Bacias Hidrográficas (Atlas do Ambiente)*, escala 1:1.000.000,  
 Direcção Geral do Ambiente, 1989

FLUP  
 SOT / Cartografia  
 Miguel Hogueira / 1999

Mapa 4. Ordem de Santiago em Portugal. Implantação territorial nos séculos XII-XIII

Miguel Rego<sup>59</sup>. Os freires continuaram a utilizar as velhas estruturas muçulmanas, realizando apenas obras pontuais para as adaptarem à nova realidade social. Ergueram, em 1 de Abril de 1308, um alcácer em Noudar, isolando um recanto da fortificação por meio de muralha, assegurando a presença de água no seu interior (por meio de cisterna) e localizando aí a imponente Torre de Menagem. As obras, ordenadas pelo Mestre D. Lourenço Afonso, ficaram memorizadas por inscrição que sublinha que o Mestre "FONDOU : ESTE : CASTELO : DE NOUDAR : E POBROU : A VILA : PERA : DOM : DINIS : REI DE : PORTUGAL"<sup>60</sup>. Uma outra inscrição, não datada mas certamente coeva desta, refere o nome do Comendador-Mor de Avis, D. Aires Afonso, que deve ter estado igualmente ligado às obras de Noudar<sup>61</sup>. Nesse mesmo ano de 1308, a 20 de Maio, os freires de Avis iniciaram a construção da Torre de Menagem de Veiros, erguida por um arquitecto militar que, curiosamente, se chamava "Pero Abrolho", indo buscar a sua alcunha (?) a uma peça do armamento passivo, o *abrolho*. A obra, uma vez mais, seria assinalada pela inclusão de uma monumental inscrição, que comemora o lançamento da primeira pedra nesse dia 20 de Maio de 1308<sup>62</sup>. A torre, de imponentes dimensões, seria destruída em 1662, por ordem de D. Juan de Áustria. Os testemunhos de reutilização de estruturas muçulmanas pelos freires de Avis podem ser alargados à Juromenha e mesmo no Castelo de Avis há elementos que nos levam a suspeitar da existência de estruturas anteriores reaproveitadas, como é o caso dos arcos sobrepostos e do aparelho em espinha de peixe, que se pode ver numa das paredes do velho convento. Mas a Ordem de Avis foi mais longe, não se limitando a reutilizar e adaptar estruturas muçulmanas. No caso do Castelo do Alandroal, confiou a construção do castelo cristão a um *alarife* muçulmano, Mestre Galvo (ou Calvo), que deixou bem patente a sua formação cultural. Criou uma estrutura que, em planta, obedece ao conceito cristão de castelo, com um alcácer destinado aos freires claramente demarcado da povoação amuralhada, isolado desta por linha de muralha, sobre a qual, à semelhança de Noudar, ergueram a Torre de Menagem. Mas, a cada passo, o *alarife* deixou transparecer a sua formação cultural. Construiu portas com os seus vãos enquadrados por grandes arcos cegos, uma solução desconhecida entre a arquitectura cristã da época, mas amplamente utilizada pela muçulmana. Socorreu-se de sistemas de aduelas típicos da arquitectura muçulmana. Aplicou um arco ultrapassado, dotado de alfiz numa das frestas do adarve, dentro do alcácer dos freires. Por fim, criou quatro inscrições comemorando a construção, iniciada em 1294 e concluída em 1298. A primeira inscrição, colocada sobre a Porta *Legal* das muralhas do

Alandroal, revela que a obra se iniciou a 6 de Fevereiro de 1294 por ordem do Mestre D. João Afonso, que aí colocou a primeira pedra, quando era casteleiro Fr. Teles Mendes<sup>63</sup>. Outro letreiro, datado de 24 de Fevereiro de 1298, documenta o fim da obra, quatro anos depois, já no mestrado de D. Lourenço Afonso<sup>64</sup>. As informações cronológicas facultadas por este conjunto epigráfico são por demais interessantes, porque nos revelam que a construção de um castelo desta dimensão podia demorar quatro anos. E, juntamente com outros letreiros (como o de Veiros, de 1308) indicam-nos que a fundação de um castelo era um acto que se revestia de grande simbolismo que, à semelhança do que acontecia com a construção dos templos, também era merecedor de cerimónia de lançamento da primeira pedra. Mas o *Alarife* Galvo criou mais duas inscrições para o Castelo do Alandroal que não encerram dados cronológicos. Nessas epígrafes utilizou alfabeto em relevo, muito raro no universo epigráfico cristão, mas, como se sabe, muito comum entre as inscrições muçulmanas. Numa dessas inscrições, colocada no lintel da Torre de Menagem, escolheu um texto contendo frases sentenciosas relativas à Lealdade: "QUANDO : QUISERES : FAZER : ALGUA : COUSA : CATA : O QUE TE : EN : DEPOIS : VERA : E QUEN : DE TI : FIAR : NO NO : ENGANES : LEALDADE VENCE : TODALAS : COUSAS"<sup>65</sup>. As frases sentenciosas, como se sabe, foram raras entre a epigrafia cristã, mas muito comuns nos meios muçulmanos. O facto destas duas (ou três) frases sentenciosas, convidando o leitor a tomar em consideração as consequências dos seus actos e exaltando o valor da Lealdade, terem sido gravadas no lintel da porta de entrada da Torre de Menagem não poderia ter maior significado. E não devemos esquecer que este texto deve ter sido escolhido pelo próprio *alarife* Galvo, um muçulmano ao serviço (forçado ou voluntário?) das forças cristãs. Finalmente, na derradeira epígrafe, gravou o lema dos Reis de Granada na inscrição, onde registou, orgulhosamente, o seu próprio nome: "LEGALI : BI : IL : ILLALLA : DEUS : E : E DEUS : SERA : POR : QUEN : EL FOR : ES(S)E : VENCERA : EU : MOURO : GALVO : FOI : MESTRE : DE FAZER : ESTE CASTELO DO ALANDROAL"<sup>66</sup>. As deficiências de transliteração não conseguem esconder o velho lema granadino com que, por suprema ironia, abre a inscrição do castelo, mandado erguer pelos freires de Avis: *Wa la ghalibi illa Allah*, "E não há vencedor senão Alá"<sup>67</sup>. Por tudo isto, o Castelo do Alandroal assume um lugar especial na nossa arquitectura militar, constituindo, verdadeiramente, um símbolo deste "encontro entre duas civilizações", hoje tão em voga.

Resta, para terminar, salientar que o esforço empreendido pela Ordem de Avis na construção destes três castelos – Alandroal, Veiros e Noudar – teve

efeitos devastadores na economia da Ordem, que entrou em colapso. D. Dinis, por diploma de 26 de Abril de 1319, haveria de quitar a Ordem das dívidas

contraídas durante o mestrado de D. Lourenço Afonso, reconhecendo a utilidade do esforço construtivo dos cavaleiros de Avis<sup>68</sup>.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Ao longo deste texto, na referência a documentação publicada, utilizaremos as seguintes siglas: DMP, DR (= *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios (1095-1185)*, Ed. de Rui Pinto de Avezedo, 2 vols., Lisboa, academia Portuguesa da História, 1958-1962); DS (= *Documentos de D. Sancho I (1185-1211)*, Ed. de Rui Pinto de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1979); PMH, Leges (= *Portugaliae Monumenta Historica ..., Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856 e ss.); PMH, Script. (= *Portugaliae Monumenta Historica ..., Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856 e ss.); ACMA (= *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz*, Ed. António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968); Chanc. D. Pedro I (= *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, UNL, 1984).
- <sup>2</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII", *Portvgalia*, Nova Série, vol.<sup>5</sup> XVII-XVIII (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida), Porto, IAFLUP, 1996-97, pp. 171-209 (onde se refere outra bibliografia); Mário Jorge Barroca, "The Castles of the Templars in Portugal and the organisation of the Defence of the Kingdom during the 12<sup>th</sup> century", *Histria Antiqua*, vol. 6, Actas do V<sup>th</sup> International Archaeological Symposium "Defence Systems through History", Pula, 1999 (no prelo).
- <sup>3</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, "A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (Séc. XII a XIV)", in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, vol. 7 das Actas do 3.<sup>o</sup> Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, ADE-CAP, 2001, pp. 187-211.
- <sup>4</sup> Vejam-se as várias comunicações que, neste Simpósio, abordam castelos que pertenceram à Ordem de Santiago (ainda que algumas não necessariamente sobre a sua fase espátria), nomeadamente sobre os castelos de Palmela, Sesimbra, Alcácer do Sal, Mértola, Aljezur, Albufeira e Sines.
- <sup>5</sup> DMP, DR 79.
- <sup>6</sup> Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, *Livro Santo de Santa Cruz*, Coimbra, INIC, 1990, Doc. 15.
- <sup>7</sup> DMP, DR 295.
- <sup>8</sup> Doação de Arruda dos Vinhos – DMP, DR 311.
- <sup>9</sup> Doação do Castelo de Monsanto – DMP, DR 315.
- <sup>10</sup> Doação do Castelo de Abrantes – DMP, DR 317.
- <sup>11</sup> ACMA, p. 72.
- <sup>12</sup> DMP, DR 327.
- <sup>13</sup> Os mapas que acompanham esta comunicação, feitos a partir de elementos fornecidos por nós, ficaram a dever-se ao Dr. Miguel Nogueira (do Gabinete de Cartografia da FLUP), a quem estamos particularmente gratos.
- <sup>14</sup> DMP, DR 79, de 19 de Março de 1128. Este documento seria confirmado por D. Afonso Henriques, que, em 14 de Março de 1129 ou 1130, outorgou diploma de igual conteúdo (DMP, DR 96). Para não sobrecarregar este texto com elevado número de notas, remetemos o leitor para o que, sobre os Templários, escrevemos em "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII", *Portvgalia*, Nova Série, vol.<sup>5</sup> XVII-XVIII (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida), Porto, IAFLUP, 1996-97, pp. 171-209 (onde se refere outra bibliografia). Já depois de redigida e apresentada esta comunicação, foi defendida uma dissertação de Mestrado sobre os castelos dos Templários: Nuno Villamariz Oliveira, *Castelos da Ordem do Templo em Portugal (1120-1314)*, 2 vol.<sup>s</sup>, Lisboa, UNL, 2000.
- <sup>15</sup> Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram...*, vol. II, s.v. "Tempreiros", Porto, 1966, p. 587.
- <sup>16</sup> DMP, DR 221, de Abril de 1147.
- <sup>17</sup> Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 203, pp. 522-527.
- <sup>18</sup> Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, 1982, pp. 214-215.
- <sup>19</sup> Malcolm Barber, *The New Knighthood. A History of the Order of the Temple*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 70-75.
- <sup>20</sup> Gualdim Pais é o primeiro que surge tratado como *Mestre*, depois dos *Procuradores* Hugo de Martónio e Pedro Arnaldes.
- <sup>21</sup> A data da fundação do Castelo de Pombal pode ser determinada pela forma como se expressou a data do Foral de Pombal, de 1174: "*Facta firmamenti karta a constructioni opidi Anno Decimo Octavo Mense Iunio Era Millesima Ducentesima XII<sup>a</sup>*" (PMH, Leges, p. 399).
- <sup>22</sup> DMP, DR 271.
- <sup>23</sup> A inscrição fundacional, datada de 1 de Março de 1160, encontra-se publicada em Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 104, pp. 271-276.
- <sup>24</sup> DMP, DR 297. Como já tivemos oportunidade de sublinhar em 1996, é significativo que os Templários nunca tenham recebido uma doação do território de Tomar, mas apenas uma confirmação da sua posse. Com efeito, o Castelo de Tomar foi edificado, de raiz, dentro do território de Ceras, em detrimento da reconstrução deste castelo, que lhes tinha sido doado em 1159. Por isso, quando o Castelo de Tomar estava concluído ou em vias de conclusão, o

- monarca confirmou a posse do território de Tomar aos freires.
- <sup>25</sup> DMP, DR 288, de 30 de Novembro de 1165.
- <sup>26</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.º 104 (Tomar, 1160), N.º 136 (Pombal, 1171), N.º 137 e 138 (Almouroul, 1171), N.º 142 (Penas Róias, 1172) e N.º 148 (Longroiva, 1174).
- <sup>27</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII", *Portvgalia*, Nova Série, vol.º XVII-XVIII (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida), Porto, IAFLUP, 1996-97, pp. 185-186.
- <sup>28</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII", *Portvgalia*, Nova Série, vol.º XVII-XVIII (Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida), Porto, IAFLUP, 1996-97, pp. 195-199.
- <sup>29</sup> A nossa opinião sobre a problemática que rodeia o aparecimento da Ordem do Hospital em Portugal encontra-se sintetizada em Mário Jorge Barroca, "A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (Séc. XII a XIV)", in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, vol. 7 das *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, ADECAP, 2001, pp. 187-193. O percurso histórico da Ordem do Hospital em Portugal foi estudado por diversos autores, nomeadamente por Rui de Azevedo, "Algumas achegas para o estudo das origens da Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal", *Revista Portuguesa de História*, vol. IV, Coimbra, 1949, pp. 317-327; Laurent Daillière, "Essai historique sur l'Ordre Souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte au Portugal (XII-XV Siècles)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, Paris-Lisboa, FCG, 1969, pp. 13-52; Paula Pinto Costa, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (Séc. XII-XIV)*, diss. de mestrado, Porto, FLUP, ed. policopiada, 1993; Paula Pinto Costa, "A Ordem do Hospital no Primeiro Século da Nacionalidade", *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, vol. V, Guimarães, 1997, pp. 97-107; e Paula Pinto Costa, "A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade", *Militarium Ordinum Analecta*, vol.º 3-4, Porto, 1999-2000, pp. 5-592.
- <sup>30</sup> Na *Crónica da Tomada de Silves* diz-se, a dado passo, que "O exército do Rei era muito numeroso em gente de cavallo, peões e chusma das galés; e estavam tambem com elle cavalleiros religiosos das três ordens." – cf. João Baptista da Silva Lopes, *Relação da Dervota Naval, façanhas e successos dos Cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189*, Lisboa, Academia das Ciências, 1844, p. 38 (reed. fac-similada, *A Cidade de Silves num Itinerário Naval do Século XII por um Cruzado Anónimo*, com estudo de Manuel Cadafaz de Matos, Lisboa, 1999, p. [210]).
- <sup>31</sup> DS 73, de 13 de Junho de 1194.
- <sup>32</sup> Em 1190, contra Silves, Évora e o Vale do Tejo, no quadro da qual levantou cerco a Tomar e atacou e arrasou Torres Novas. Em 1191, contra o vale do Tejo, conquistando Alcácer do Sal, Palmela, Almada, e contra Silves, que também é reconquistada. Sobre as campanhas de Abu Yaqub Yuçuf veja-se Ambrósio Huici Miranda, "Las Campañas de Ya'qub al-Mansur en 1190 y 1191", *Anais da Academia Portuguesa de História*, II.ª Série, vol. 5, Lisboa, 1954, pp. 55-74.
- <sup>33</sup> Cf. DS 194, de Outubro de 1210.
- <sup>34</sup> Sobre o Castelo de Belver, vd., entre outros, Mário Jorge Barroca, "A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (Séc. XII a XIV)", in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, vol. 7 das *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, ADECAP, 2001, pp. 193-202 (onde se indica outra bibliografia); e J. C. Lobato Ferreira, *Monografia da Antiga vila de Belver (da Ordem de S. João do Hospital)*, Gavião, C.M.G., 1984.
- <sup>35</sup> Vd. P.º José Manuel Miranda Lopes, "O Castelo e a Comenda de Algosó", *Brotéria*, vol. XX, fasc. 5, Lisboa, 1935, pp. 352-361, e vol. XXII, fasc. 4-5, Lisboa, 1936; Miranda Lopes, "Os Comendadores de Algosó", *Brotéria*, vol. XXII, Lisboa, 1993, pp. 410-420; Miranda Lopes, "Os Padroados da Comenda de Algosó", *Brotéria*, vol. XXV, fasc. 1, Lisboa, 1996, pp. 205-214.
- <sup>36</sup> PMH, Leges, pp. 624-625.
- <sup>37</sup> No seu epitáfio, que se conserva na Igreja Matriz do Crato, D. João Mendes é referido como "F(rate)R : (h)OSPITALIS : D(e) IH(e)R(usa)L(e)M : COMENDATOR : ET : POPULA(tor) DE CRATO" – cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.º 336, pp. 840-842.
- <sup>38</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.º 368, pp. 939-950.
- <sup>39</sup> Diploma confirmado por D. Dinis, em 27 de Janeiro de 1296.
- <sup>40</sup> Vd. Conde Ficalho (1837-1903), *Notas Históricas acerca de Serpa e Elemento Árabe na linguagem dos pastores alentejanos*, 2.ª ed., Lisboa, 1979, pp. 79-87; Alexandre Herculano, *História de Portugal*, ed. crítica de José Mattoso, vol. II, Lisboa, 1980, pp. 421-422 e 623-626; Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, 1944, pp. 53-60; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.º 368, pp. 939-950.
- <sup>41</sup> Gavetas ANTT, vol. III, pp. 579-587.
- <sup>42</sup> Chanc. D. Pedro I, doc. 415, de 26 de Dezembro de 1359. Sobre o Castelo da Amieira, vd., entre outros, Mário Jorge Barroca, "A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (Séc. XII a XIV)", in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, vol. 7 das *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, ADECAP, 2001, pp. 202-209; e Tilde Martins de Sousa e Francisco Vieira Rasquilho, *Amieira do antigo Priorado do Crato*, Figueira da Foz, 1936 (2.ª ed., fac-similada, Lisboa, INCM, 1982).
- <sup>43</sup> Cf. *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*. Edição crítica da "Coronica do Condestabre", com Introdução, Notas e Glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, I.U., 1991, Cap. VI, p. 13.
- <sup>44</sup> Para uma caracterização histórica dos primórdios da Ordem de Avis, vd. Maria Cristina Almeida e Cunha, *A Ordem Militar de Avis*, diss. de Mestrado, Porto, FLUP, 1989; Maria Cristina Cunha, "A Ordem de Avis e a Monarquia Portuguesa até ao final do Reinado de D. Dinis", *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2.ª Série, vol. XII, Porto, 1995, pp. 113-123.
- <sup>45</sup> "vir utique strenuus et discretus" – cf. *Trasladação das Relíquias de S. Vicente*, PMH, Script., p. XXX.
- <sup>46</sup> "In Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> XXX<sup>a</sup> III<sup>a</sup>. XIII.º Kalendas Augusti, lis magna fuit inter Christianos et Sarracenos in loco qui

- dicitur Alarcos (...) In quo interfecti fuerunt tres episcopis (...) et Magister Gon. Venegas et Rodericus Sancii*" (ACMA, 1968, p. 72).
- 47 "... domibus meis quas habeo in Elbora cum suo Alcazar Veteri..." (DMP, DR 327).
- 48 "... et dedī Magistro Helbore Gonçalo Venegas X mille morabitanos quos in utilitatam et defensionem ipsius civitatis expendant quando talis necessitas evenerit..." (DMP, DR 334, de Fevereiro de 1179).
- 49 DS 17.
- 50 DS 65.
- 51 "... facio cartam donationis & perpetuae firmitudinis vobis D. Ioanni Fernandis Magistro Ebores, & Fratibus vestris, tam presentibus quam futuris de loco illo qui vocatur Avis, qui iacet inter Sanctarem, & Culuchi, & Elboram, & Elvas, & Abrantes, &c. Et concedimus tali pacto quod in loco supradicto de Avis castrum aedificetis & populatis..." (D. António Caetano de Sousa, 1739-48, t. 1, pp. 16-17, doc. 6; Fr. António Brandão 1632(b), pp. 261v.<sup>o</sup>-262, doc. 4).
- 52 Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 275, pp. 675-679.
- 53 DS 17, de Janeiro de 1187.
- 54 DS 65, de 1 de Maio de [1193].
- 55 ANTT, Ordem de Avis, N.<sup>o</sup> 362; Chanc. D. Dinis, Livro 3.<sup>o</sup>, fl. 47.
- 56 Vd. Maria Cristina Cunha e Maria Cristina Pimenta, "Algumas considerações sobre as relações entre os monarcas castelhanos e a Ordem de Avis no Século XIII", sep. do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. II, Porto, 1985.
- 57 Vd. Isabel Cristina Ferreira Fernandes e A. Rafael Carvalho, "A Porta Muçulmana do Castelo de Veiros", *Arqueologia Medieval*, vol. 5, Porto, Ed. Afrontamento, 1997, pp. 191-197.
- 58 Fernando Branco Correia e Christophe Picard, "Intervenção Arqueológica no Castelo de Juromenha. Primeiros Resultados", *Arqueologia Medieval*, vol. 1, Porto, Ed. Afrontamento, 1992, pp. 71-89. Sobre a Juromenha, vd. tb. José Pires Gonçalves, "As Arrábidas de Mértola e Juromenha", *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.<sup>a</sup> Série, vol. 17, Lisboa, 1981, pp. 11-40; e Basílio Pavon Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas. Crónicas de viajes por el Sur de Portugal*, Madrid, 1993, p. 11.
- 59 Sobre o Castelo de Noudar, e enquanto não são divulgados os resultados das escavações ali conduzidas por Cláudio Torres e Miguel Rego, vd. Adelino de Matos Coelho, *O Castelo de Noudar, fortaleza medieval*, Lisboa, 1986.
- 60 Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 515, pp. 1338-1341.
- 61 Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 519, pp. 1359-1362.
- 62 Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 517, pp. 1348-1352.
- 63 Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 430, pp. 1109-1113.
- 64 Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 442, pp. 1140-1144.
- 65 Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 432, pp. 1118-1122.
- 66 Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. N.<sup>o</sup> 431, pp. 1114-1118.
- 67 O primeiro autor a valorizar esta dimensão da inscrição da Porta Legal (designação popular que, obviamente, foi retirada da expressão com que abre a nossa inscrição) foi José Leite de Vasconcelos, "Entre Tejo e Odiana", *O Archeólogo Português*, 1.<sup>a</sup> Série, Lisboa, 1916, pp. 177-179.
- 68 ANTT, Chanc. D. Dinis, Livro 3.<sup>o</sup>, fl. 125 v.<sup>o</sup>.

